

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5829/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de dezembro de 2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
7 (19h01min) a 14.12.2022 (11h59min)	8ª	Moisés Casarotto	99933-0622
14 (19h01min) a 19.12.2022 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5830/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de dezembro de 2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TEL. DO PLANTÃO: 99603-9203)
7 (19h01min) a 11.12.2022 (18h)	3ª	Rodrigo Correa Amaro
11 (18h01min) a 19.12.2022 (23h59min)	6ª	Pedro de Oliveira Magalhães

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5909/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Anastácio nos dias 9 e 10.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5910/2022-PGJ, DE 28.II.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral nos dias 9 e 10.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5841/2022-PGJ, DE 25.II.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 3 (três) dias de compensação no período de 16 a 18.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 1º a 8.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5840/2022-PGJ, DE 25.II.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 3 (três) dias de compensação no período de 26 a 28.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 14 a 21.3.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5373/2022-PGJ, DE 1º.II.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 19.1 a 7.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010027-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5911/2022-PGJ, DE 28.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Rio Negro, Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso no período de 9 a 20.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5912/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral no período de 9 a 20.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5913/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Caarapó, Fernanda Rottili Dias, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai no período de 9 a 13.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5914/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Zona Eleitoral no período de 9 a 13.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5868/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 5 (cinco) dias de compensação no período de 9 a 13.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 5 a 12.7 e 23 a 30.8.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5869/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 15 a 19.5.2023, referente ao recesso forense de 22 a 31.1.1991, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5915/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Brasilândia no período de 9 a 23.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5377/2022-PGJ, DE 1º.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00010038-0):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Silvio Amaral Nogueira de Lima	2022/2023	Regulamentares	20	20.1 a 18.2.2023
	2014/2015	Remanescentes	10	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5916/2022-PGJ, DE 28.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral no período de 9 a 23.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5917/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Inocência no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5918/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5919/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 13ª Zona Eleitoral no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5888/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 19 e 20.1.2023, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1989, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5929/2022-PGJ, DE 29.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 4 (quatro) dias de compensação no período de 2 a 5.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 1º a 8.6 e 13 a 20.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5371/2022-PGJ, DE 1º.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 6.2 a 7.3.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010286-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5920/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Miranda, Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 27.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5946/2022-PGJ, DE 30.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar os Promotores de Justiça de Dourados, Três Lagoas e Corumbá a se ausentarem de suas comarcas, para participarem da reunião institucional no dia 7.12.2022, às 14h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5921/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 15ª Zona Eleitoral no período de 9 a 27.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5922/2022-PGJ, DE 28.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti nos dias 9 e 10.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5370/2022-PGJ, DE 1º.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 20.1 a 18.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010282-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5863/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Jui Bueno Nogueira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca no período de 12 a 16.12.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5864/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí no período de 8 a 16.12.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5928/2022-PGJ, DE 29.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 5 (cinco) dias de compensação no período de 13 a 17.2.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 27.4 a 4.5.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5926/2022-PGJ, DE 29.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2017/2018 e 2019/2020, a serem usufruídos no período de 6 a 10.2.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5858/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 6 a 15.2.2023, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00011552-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5859/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 19 (dezenove) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.1 a 3.2.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5368/2022-PGJ, DE 1º.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 6 a 15.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010139-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5856/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende 12 (doze) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2013/2014, 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, a serem usufruídas no período de 9 a 20.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5838/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0839200-70.2020.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, no dia 1º.12.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5925/2022-PGJ, DE 29.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco 1 (um) dia de compensação no dia 18.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 1º.10.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5923/2022-PGJ, DE 29.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior 5 (cinco) dias de compensação no período de 9 a 13.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 25.9 a 2.10.2019 e 27.1 a 3.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5852/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídos no período de 9 a 18.1.2023, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 19 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 02.2022.00135494-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5369/2022-PGJ, DE 1º.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 10 a 19.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010147-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5870/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 27.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5871/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral no período de 9 a 20.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5872/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 62ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5873/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pelo Núcleo da Cidadania, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, conforme segue.

MEMBRO	PERÍODO
Fernando Martins Zaupa	9 a 15.1.2023
Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	16 a 20.1.2023
Luciano Furtado Loubet	23 a 27.1.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5874/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 31.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5367/2022-PGJ, DE 1º.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 19.1 a 7.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010137-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5875/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 53ª Zona Eleitoral no período de 16 a 30.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5876/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 57ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 32ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 28.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5877/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público no período de 23.1 a 17.2.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5878/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público, ASCG 1, no período de 23.1 a 17.2.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5879/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23 a 27.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5339/2022-PGJ, DE 31.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 19.1 a 17.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010545-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5880/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5881/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 27.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5882/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Luiz Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.1 a 1º.2.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5883/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 20º Promotor de Justiça de Campo Grande, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 18.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5884/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 43ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 12.1.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5885/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 22ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23 a 27.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5886/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 33º Promotor de Justiça de Campo Grande, Nicolau Bacarji Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da referida Comarca no período de 23 a 27.1.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5352/2022-PGJ, DE 31.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 6 a 25.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010514-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5887/2022-PGJ, DE 25.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 11ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Grazia Strobel da Silva Gaifatto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23.1 a 10.2.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5936/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5222/2022-PGJ, de 25.10.2022.

MEMBRO	PERÍODO
Matheus Carim Bucker	3.11 a 29.11.2022
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	30.11 a 2.12.2022

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5937/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia do plantão criminal na comarca de Nioaque no dia 25.11.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5938/2022-PGJ, DE 30.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, Gaep, no período de 5 a 16.12.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5959/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Justiça Militar Estadual nos dias 29 e 30.11.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5353/2022-PGJ, DE 31.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 19.1 a 7.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00010547-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5940/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar as Notícias de Fato nºs 01.2022.00005920-8, 01.2022.00005977-4, 01.2022.00006047-0, 01.2022.00007924-8 e 01.2022.00006245-7, em trâmite na 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5941/2022-PGJ, DE 30.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, conforme segue.

MEMBRO	PERÍODO
Claudio Rogerio Ferreira Gomes	22 a 27.11.2022
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	28 a 30.11.2022

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5958/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 5 (cinco) dias de compensação no período de 9 a 13.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 19 a 26.6.2019, 14 a 21.10.2020, 7 a 13.1 e 14 a 22.4.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5944/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 8 (oito) dias de férias compensatórias nos períodos de 9 a 11.1.2023 e 16 a 20.1.2023, referentes aos feriados forenses de 20.12.2011 a 6.1.2012 e 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5945/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 2 (dois) dias de compensação nos dias 12 e 13.1.2023, por ter coadjuvado a 7ª Zona Eleitoral, nas eleições de 2018, no dia 28.10.2018, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5957/2022-PGJ, DE 30.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro 5 (cinco) dias de compensação no período de 30.1 a 3.2.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 1º a 8.7.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5955/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 28.11 a 2.12.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2010 a 6.1.2011, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5956/2022-PGJ, DE 30.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf 5 (cinco) dias de compensação no período de 5 a 9.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 27.2 a 2.3 e 6 a 13.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº e-1354/2022/PJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	30.1 a 8.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1358/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	10 a 19.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1359/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	19 a 28.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1360/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Nonato, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1363/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1364/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Cristina Beraldo de Andrade, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1366/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	10 a 19.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA Nº 5680/2022-PGJ, DE 17.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023 que seriam usufruídos no período de 19.1 a 7.2.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00011212-0).

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 5568/2022-PGJ, DE 10.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1778/2022-PGJ, de 19.4.2022, que concedeu férias ao servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, de forma que, onde consta “nos períodos de 2 a 11.6.2022 e de 12 a 21.6.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.6.2022”, passe a constar “nos períodos de 2 a 11.6.2022, de 9 a 18.1.2023 e de 12 a 21.6.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5716/2022-PGJ, DE 18.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 17.8.2022, as férias da servidora Thaís Noll Marques concedidas por meio da Portaria nº e-389/2022-PGJ, de 28.4.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 13 a 21.10.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5717/2022-PGJ, DE 18.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 18.10.2022, as férias do servidor Flávio Lopes concedidas por meio da Portaria nº e-1387/2021-PGJ, de 10.11.2021, com suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 20.11.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5719/2022-PGJ, DE 18.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio por meio da Portaria nº e-504/2022-PGJ, de 18.5.2022, que seriam usufruídas no período de 17 a 26.10.2022, a serem usufruídas no período de 21 a 30.10.2022, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5728/2022-PGJ, DE 21.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Regina Célia de Araújo Silva por meio da Portaria nº e-882/2021-PGJ, de 6.8.2021, com redação dada pela Portaria nº e-1256/2021-PGJ, de 28.10.2021, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.11.2022, a serem usufruídas no período de 5 a 14.9.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5731/2022-PGJ, DE 21.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Nazira Quintana Hamer por meio da Portaria nº e-1098/2022-PGJ, de 19.9.2022, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.11.2022, a serem usufruídas no período de 27.2 a 8.3.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5741/2022-PGJ, DE 23.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Eliane de Azevedo Duarte por meio da Portaria nº e-451/2022-PGJ, de 13.5.2022, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.1.2023, a serem usufruídas no período de 8 a 17.2.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5742/2022-PGJ, DE 23.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Valeria Neder Serafini por meio da Portaria nº e-842/2022-PGJ, de 18.7.2022, que seriam usufruídas no período de 19 a 28.1.2023, a serem usufruídas no período de 9 a 18.1.2023, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5754/2022-PGJ, DE 23.II.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 7.11.2022, as férias da servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto concedidas por meio da Portaria nº e-1644/2021/PJ, de 8.12.2021, com redação dada pela Portaria nº 1104/2022-PGJ, de 14.3.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 6 a 11.11.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5755/2022-PGJ, DE 23.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Tatiany Pereira Pael, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 17 a 26.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5758/2022-PGJ, DE 23.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1452/2022-PGJ, de 11.11.2022, na parte que concedeu ao servidor Nadson Soares de Oliveira a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “no período de 9 a 18.1.2023”, passe a constar: “no período de 5 a 14.12.2022”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1563/2022/PJ, DE 29.II.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Paulo Henrique Sanches, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.1 a 1º.2.2023 e de 24.4 a 3.5.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1564/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Sirlene Gomes Romeiro Vieira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.1 a 4.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1565/2022/PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Carlos Gonzalez Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 6 a 15.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1566/2022/PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2023 e de 22.11 a 1º.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1567/2022/PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 9 a 28.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1568/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 29.5 a 7.6.2023 e de 27.9 a 6.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1569/2022/PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Janaina Ferreira Domingos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 19.1 a 7.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1570/2022/PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 25.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1572/2022/PGJ, DE 29.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jorge Antonio Arantes Vilela, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.2.2023 e de 24.7 a 2.8.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1573/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Liza Lacerda de Barros, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.1.2023 e de 10 a 19.5.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.2 a 8.3.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**PORTARIA Nº 0021/2022/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 18, inciso VII e artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, e em atenção ao artigo 20 da Resolução nº 14/2019-CPJ, de 02 de dezembro de 2019; bem como da Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE:

Art. 1º - Serão objeto de Correição Ordinária, no ano de 2023, os Órgãos abaixo especificados:

ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
1ª PJ Camapuã	
2ª PJ Camapuã	
1ª PJ Costa Rica	
2ª PJ Costa Rica	
1ª PJ Paranaíba	
2ª PJ Paranaíba	
3ª PJ Paranaíba	
1ª PJ Aparecida do Taboado	
2ª PJ Aparecida do Taboado	
PJ Inocência	
23ª PJ Campo Grande	
25ª PJ Campo Grande	
26ª PJ Campo Grande	
27ª PJ Campo Grande	
28ª PJ Campo Grande	
29ª PJ Campo Grande	
30ª PJ Campo Grande	
31ª PJ Campo Grande	
32ª PJ Campo Grande	
33ª PJ Campo Grande	
34ª PJ Campo Grande	
42ª PJ Campo Grande	
43ª PJ Campo Grande	
44ª PJ Campo Grande	
46ª PJ Campo Grande	
49ª PJ Campo Grande	



76ª PJ Campo Grande
1ª PJ Miranda
2ª PJ Miranda
1ªPJ Aquidauana
2ªPJ Aquidauana
3ªPJ Aquidauana
1ªPJ Anastácio
PJ Dois Irmãos do Buriti
PJ Bandeirantes
PJ Água Clara
PJ Ribas do Rio Pardo
PJ Terenos
1ªPJ Sidrolândia
2ªPJ Sidrolândia
3ªPJ Sidrolândia
1ªPJ Campo Grande
2ªPJ Campo Grande
3ªPJ Campo Grande
4ªPJ Campo Grande
5ªPJ Campo Grande
6ªPJ Campo Grande
7ªPJ Campo Grande
8ªPJ Campo Grande
9ªPJ Campo Grande
35ªPJ Campo Grande
45ªPJ Campo Grande
75ªPJ Campo Grande
1ªPJ Nova Andradina
2ªPJ Nova Andradina
3ªPJ Nova Andradina
PJ Batayporã
1ªPJ Bataguassu
2ªPJ Bataguassu
PJ Angélica
PJ Anaurilândia

Art. 2º - Será solicitada autorização ao e. Colégio de Procuradores de Justiça, para realização de Correição Ordinária nas Procuradorias de Justiça, nos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Grupos e Núcleos a eles vinculados, bem como a Escola Superior do Ministério Público, nos termos dos artigos 18, inciso VIII e 169, da Lei Complementar nº 72/94, conforme abaixo descrito:

1ª Procuradoria de Justiça Criminal
2ª Procuradoria de Justiça Criminal
3ª Procuradoria de Justiça Criminal
4ª Procuradoria de Justiça Criminal
5ª Procuradoria de Justiça Criminal
6ª Procuradoria de Justiça Criminal
7ª Procuradoria de Justiça Criminal
9ª Procuradoria de Justiça Criminal
10ª Procuradoria de Justiça Criminal
11ª Procuradoria de Justiça Criminal
12ª Procuradoria de Justiça Criminal
13ª Procuradoria de Justiça Criminal
14ª Procuradoria de Justiça Criminal



15ª Procuradoria de Justiça Criminal
16ª Procuradoria de Justiça Criminal
17ª Procuradoria de Justiça Criminal
18ª Procuradoria de Justiça Criminal
19ª Procuradoria de Justiça Criminal
20ª Procuradoria de Justiça Criminal
21ª Procuradoria de Justiça Criminal
22ª Procuradoria de Justiça Criminal
23ª Procuradoria de Justiça Criminal
1ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
2ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
3ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
4ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
5ª Procuradoria de Justiça Int. Difusos e Coletivos
1ª Procuradoria de Justiça Cível
2ª Procuradoria de Justiça Cível
3ª Procuradoria de Justiça Cível
4ª Procuradoria de Justiça Cível
5ª Procuradoria de Justiça Cível
7ª Procuradoria de Justiça Cível
8ª Procuradoria de Justiça Cível
9ª Procuradoria de Justiça Cível
CAO PJ Meio Ambiente, Habitação e Urbano e do Patrimônio Histórico e Cultural – CAOMA
CAO PJ Patrimônio Público e Social, Fundações e Eleitorais - CAOPPSFE
CAO PJ Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial - CAOCRIM
CAO PJ Cíveis, Consumidor e do Idoso - CAOCCI
CAO PJ dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas Deficiência - CAODH
CAO PJ Infância e da Juventude - CAOIJ
Núcleo da Cidadania - NUCI
Núcleo Criminal - NUCRIM
Grupo de Atuação Especial do Tribunal do Júri - NOJÚRI
Grupo de Atuação Especial de Execução Penal - GAEP
Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO
Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - NUPIER
Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - NEViD
Grupo de Atuação Especial de Educação - GEDUC
Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GAEDS
Núcleo da Infância e da Juventude
Núcleo Ambiental
Núcleo de Geotecnologias - NUGEO
Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações
Núcleo de apoio às vítimas de crimes e atos infracionais violentos - NAVIT
Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA
Núcleo Eleitoral
Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado - GECOC
Núcleo de Apoio à Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos Contra a Ordem Tributária - NAAESF
Núcleo de Crimes Cibernéticos - NUCIB
Gestão de Estagiários de Direito - GED
Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX
Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI
Escola Superior do Ministério Público - ESMP



Art. 3º - A publicação do aviso das Correições Ordinárias ocorrerá com antecedência de 15 (quinze) dias do início dos trabalhos correicionais.

Campo Grande (MS), 30 de novembro de 2022.

HELTON FONSECA BERNARDES
Corregedor-Geral do Ministério Público em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 078/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00004840-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- M GIROLDO DECORA LTDA, representada por **João Carlos Guerra**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Cláusula Décima, item 10.2, do referido Contrato e artigos 66, 78, e 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 078/PGJ/2022 em decorrência da não observância das cláusulas contratuais pela Contratada.

Data de assinatura: 29 de novembro de 2022.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2022NE005631 DE 29.11.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00011698-2

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mosko Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 09/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de água mineral para atender as sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na Capital.

Valor: R\$ 4.792,00 (quatro mil setecentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE005631 de 29.11.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008168-7

Ata de Registro de Preço nº 25/PGJ/2022

Notificada: Youssif Amim Youssif

YOUSSEF AMIM YOUSSEF, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.257.078/0001-84, com sede na Rua 15 de novembro. nº 607. Centro, Campo Grande/MS, CEP 79.002-140, neste ato representada por Alberto Youssef, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 000xxxxxx10, expedida pelo Detran/MS e do CPF nº 357.xxx.xxx-04, fica notificada da aplicação das sanções de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor dos materiais não entregues e de multa por inexecução parcial do objeto no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do empenho, com fundamento itens 9.1.2 e 9.1.3, da cláusula nona, da ARP nº 25/PGJ/2022; e do cancelamento de registro do item 20, da ARP nº 25/PGJ/2022. A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total das multas de R\$ 5.602,70 (cinco mil seiscentos e dois reais e setenta centavos), no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Decorridos os prazos sem que haja recurso, pagamento da multa ou cumprimento contratual, será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 47/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo n.: 09.2022.00010669-5.

Requerente: Antenor Camargo Leme.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande, com base no poder de polícia administrativa, na resolução da problemática referente à retirada irregular de árvores plantadas na calçada dos entornos da Escola Estadual Maestro Frederico Liebermann, localizada na Avenida Monte Castelo, Bairro Monte Castelo, nesta capital.

Campo Grande, 29 de Novembro de 2022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 48/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo n.: 09.2022.00011382-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande no que tange à adoção das medidas necessárias para manutenção e bom funcionamento do relógio da Estação Ferroviária, localizado em frente à Feira Central deste Município.

Campo Grande, 30 de Novembro de 2022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

EDITAL N. 169/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001524-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Padre Franco Delpiano visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 170/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001523-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 171/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001522-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Joelina de Almeida Xavier visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 172/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001520-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Olinda Conceição Teixeira Bacha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 173/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001519-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Fausta Garcia Bueno visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 174/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001518-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Maria Eliza Bocayúva Corrêa da Costa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 175/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001515-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Clarinda Mendes de Aquino visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 176/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001486-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profº Ulisses Serra visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 177/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001484-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profº Silvio Oliveira dos Santos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 178/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001483-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profº Henrique Cirylo Corrêa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 179/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001482-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Élia França Cardoso visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 180/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001481-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Alice Nunes Zampiere visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 181/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001480-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Regina Lúcia Anffe Nunes Betine visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 182/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001477-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual José Ferreira Barbosa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 183/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001521-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Izaura Higa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0001/2022/65ªPJ/CGR**Editais de Ciência de Eliminação de Documentos**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande/MS, 24 de novembro de 2022

BOLIVAR LUIS DA COSTA VEIRA

Promotor de Justiça

Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022

PROVENIÊNCIA – 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS	PROCEDÊNCIA – 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		
Órgão / Setor: 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS	Órgão / Setor: 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
000/060 – Controles de Remessa e Recebimento de Cargas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2019
000/060 – Atos e Normas – Publicações no DOMP relacionadas à Promotoria de Justiça	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
000/060 – Ofícios Circulares	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
000/060 – Ofícios Recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
000/060 – Ofícios Expedidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
200 - Atendimento ao público: Termos de Declarações	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2019
000/060 – Boletim SU	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
200 - Manifestações diversas em processos judiciais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017



200 – Manifestações em Comunicações de Flagrante (Plantão)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
200 - Manifestações em processos judiciais (Plantão)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
200 – Audiências - Pautas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2019
000/060 - Documentos avulsos: Cópias de Requerimentos, Interceptações Telefônicas, Notificações, Folhas de Frequência e Relatórios de Estágio	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2018
000/030/032 - Movimentação de material: documentos referentes à movimentação de bens patrimoniais ou de consumo, com exceção de imóveis e veículos. Modalidade de movimentação de material de consumo ou permanente, com troca de responsabilidade dentro da mesma instituição	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: FERNANDO DA COSTA ROCHA Campo Grande/MS, 24 de novembro de 2022.			

TRÊS LAGOAS

EDITAL Nº 06.2022.00001533-1

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvirio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001533-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: “Apurar dano ambiental decorrente da existência de semoventes de origem desconhecida em área de reserva legal da Fazenda São Francisco, nesta urbe.”

Três Lagoas - MS, 29 de novembro de 2022.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IGUATEMI

EDITAL Nº 0033/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2022.00001328-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru

Objeto: Apurar eventual ilegalidade nos contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Tacuru e a Empresa J & A Construtora Eireli.

Iguatemi, 29 de novembro de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto



MARACAJU

EDITAL Nº. 0001/2022/GACEP/MCJ

A Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00011026-6

Requerente:Ministério Público Estadual

Requeridos: Delegacia de Polícia Civil de Maracaju e 2ª Companhia Independente da Polícia Militar de Maracaju.

Assunto: registro e acompanhamento das visitas e inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Maracaju e 2ª Companhia Independente da Polícia Militar de Maracaju – 2º semestre 2022.

Maracaju-MS, 28 de novembro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta